

18 SET 1985

OPINIÃO PÚBLICA

O admirável Dia D

Educação

As escolas de 1º e 2º graus, reunindo quinze milhões de pessoas, entre alunos, professores, pais, servidores, enfim representantes de toda a sociedade, debatem durante todo o dia de hoje a situação do ensino nesses dois níveis. Jamais em toda a história do País um projeto com essa dimensão foi posto a funcionar para realizar um diagnóstico sobre aspectos do ensino e procurar as saídas para as suas disfunções. A iniciativa do ministro da Educação, Marco Maciel, revela outra face marcada pelo ineditismo, que é a adjudicação ao processo educacional de níveis participativos globalizantes, com a integração quase completa da sociedade.

Denominado Dia de Debate Sobre a Educação — o chamado Dia D — o projeto hoje em execução questiona o problema com base numa temática a mais objetiva possível: a escola que temos e a escola que queremos. Dá, assim, o Ministério da Educação o roteiro para a democratização das decisões de governo, na medida em que vincula a sua atuação às soluções que nascem de baixo para cima. No caso, já não se pensa em aplicar os recursos orçamentários da Educação, principalmente no campo do ensino, em iniciativas que, formuladas nos gabinetes da tecnocracia, nem sempre atendem aos seus aspectos mais relevantes.

Essa experiência do Dia D poderá revelar falhas estruturais da Educação inimagináveis, uma vez que as pesquisas disponíveis, justamente por não terem agregado à participação coletiva, quase sempre se revelam insuficientes e, não raras vezes, contraditórias.

E toda uma problemática que estará sendo posta sob a ação crítica daqueles que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, lidam com o problema do ensino de 1º e 2º graus. Questões como a qualidade do ensino, índices de repetência e fuga das escolas, modelos educacionais, eficácia dos processos didáticos, instrumentos de estudo e pesquisa, remuneração dos professores e carências sociais dos alunos fazem parte das reflexões de hoje. Uma outra e também importante questão é saber com exatidão as causas que inibem o ingresso de milhões de crianças nos estágios iniciais do ensino.

A propósito, diz o ministro Marco Maciel: "Oito milhões de crianças não tiveram acesso à escola, ou nela não puderam permanecer, o que atesta a necessidade de repensar a escola. E preciso pensar a responsabilidade que cabe à escola. Sabemos contar com o apoio e o vivo interesse da sociedade que, direta ou indiretamente, está ligada à educação". O importante é que o ministro, com a colocação dos problemas educacionais por esse ângulo, realiza

abordagem dinâmica e consequente em torno das soluções possíveis, pois estas só poderão surgir de forma consistente com iniciativas no estilo do Dia D.

Quanto à estratégia geral na qual se situa o debate de hoje, ergue-se ela na base de conceitos ligados à própria viabilização do Brasil como potência industrial e como sociedade comprometida com o regime de franquias democráticas. A consciência que hoje predomina nos círculos oficiais da educação é a de que a submissão crescente do processo de desenvolvimento às conquistas tecnológicas exige o subsídio correspondente de quadros humanos cada vez mais qualificados.

Para alcançar esse objetivo, é indispensável reestruturar a educação a partir de suas bases, que é o ensino de primeiro e segundo graus. Não se trata de uma operação de natureza meramente técnica, mas de identificação de problemas por meio eficazes e de agregar a sociedade no apoio às soluções mais ajustadas à realidade, aos recursos disponíveis e às variáveis ditadas pelas condições regionais. E é exatamente esse o alvo que o Dia D pretende atingir. Quanto aos recursos para implementar decisões desse porte, o Orçamento de 86, obediente ao preceito constitucional, destina mais de treze por cento das receitas tributárias da União para o ensino. E o suficiente.